

SUMÁRIO

Nota da autora	xv
Prefácio	xix
Apresentação.....	xxix
Capítulo 1 – Considerações iniciais.....	1
A reforma do processo penal brasileiro e os desafios de uma interpretação constitucionalmente adequada.....	1
1 A Reforma Processual.....	1
2 Os Resquícios Inquisitoriais do Processo Penal Brasileiro e a Constituição de 1988	3

3 A Base Reformista na Instrumentalidade do Processo.....	6
4 O Processo Penal no Estado Democrático de Direito.....	10
4.1 Teoria do Processo no Estado Democrático de Direito	11
4.2 O Modelo Constitucional do Processo e o Processo Penal.....	14
4.3 Por uma Interpretação Constitucionalmente Adequada do Processo Penal e os Princípios Constitucionais do Modelo Constitucional do Processo.....	16
Capítulo 2 – Provas no processo penal – Lei n. 11.690/08	23
Art. 155 – O sistema de apreciação da prova e os princípios constitucionais do processo.....	23
Art. 156 – O ônus da prova, a produção de provas pelo juiz no processo e sua antecipação	27
Art. 157 – Provas obtidas por meio ilícito	34
Art. 159 – A Prova pericial e o assistente técnico.....	41
Art. 201 – O depoimento da vítima e os atos de informação	46
Art. 210 – A garantia da incomunicabilidade das testemunhas.....	48
Art. 212 – As perguntas às testemunhas formuladas diretamente pelas partes.....	49

Art. 217 – A presença do acusado no ato de produção da prova testemunhal.....	51
---	----

Capítulo 3 – As partes no processo penal – Lei n. 11.719/08 53

Art. 63 – A vítima e a execução da sentença penal condenatória	53
--	----

Art. 257 – O papel do Ministério Público.....	57
---	----

Art. 265 – A atuação do Defensor	60
--	----

Capítulo 4 – Atos de comunicação no processo – Lei n. 11.719/08 63

Art. 362 – Citação do réu que se oculta	63
---	----

Art. 363 – Citação e início do processo.....	68
--	----

Análise do Veto Presidencial aos arts. 363, §§ 2º e 3º, e 366	69
---	----

Art. 366 – A manutenção da suspensão do processo para acusado citado por edital que não comparece e não nomeia defensor	73
---	----

Capítulo 5 – A sentença Penal – Leis n. 11.719/08 e n. 11.690/08..... 75

Art. 383 – <i>Emendatio libelli</i> – Lei n. 11.719/08.....	75
---	----

Art. 384 – <i>Mutatio libelli</i> – Lei n. 11.719/08	79
--	----

Art. 386 – A Sentença Absolutória – Lei 11.690/08....	86
---	----

Art. 387 – A Sentença Penal Condenatória – Lei n. 11.719/08	90
---	----

Capítulo 6 – Procedimento Comum: ordinário, sumário e sumaríssimo – Lei n. 11.719/08.....	99
Art. 394 – Dos procedimentos	99
6.1 Disposições Comuns – Âmbito de Aplicação.....	104
Art. 395 – Rejeição da denúncia ou queixa	104
Art. 396 – Determinação da citação e a resposta do acusado.....	109
Art. 396-A – A resposta do acusado	114
Art. 397 – A absolvição sumária	117
6.2 Procedimento Comum.....	121
Art. 399 – Recebimento da denúncia e interrogatório.	121
Art. 400 – Audiência de instrução e julgamento.....	126
Art. 401 – Oitiva de testemunhas	131
Art. 402 – Requerimento de novas diligências	133
Art. 403 – As Alegações Finais Orais e Memoriais	134
Art. 404 – A realização das diligências e prazo para alegações finais escritas	138
Art. 405 – Registro da audiência por meios magnético ou audiovisual.....	140
6.3 Procedimento Sumário	142
Art. 531 – Audiência de instrução e julgamento.....	142
Art. 532 – Oitiva de testemunhas	145
Art. 533 – A aplicação dos parágrafos do art. 400 ao procedimento sumário	146

Art. 534 – As alegações finais orais e a prolação da sentença	148
Art. 535 – Adiamento de atos processuais e condução coercitiva.....	149
Art. 536 – Oitiva de testemunhas a qualquer momento da audiência	151
Art. 537 – Revogado pela Lei n. 11.719/08.....	152
Art. 538 – Aplicação do procedimento sumário quando não for possível a adoção do procedimento sumaríssimo para os crimes de menor potencial ofensivo....	152
6.4 O Procedimento Comum e o direito intertemporal...	153
6.5 Organograma	157
Capítulo 7 – Síntese final	159
Referências Bibliográficas	163